

A N T I C L E R I C A L I S M O

Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórico

José Carvalho
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
carvalhojosecarvalho79@gmail.com

Resumo

Andando em volta de temas cimeiros do pensamento e da acção do(s) movimento(s) católico(s) em Portugal, mas também dos movimentos anticlericais, nas décadas decisivas que antecederam a mudança do regime político, este artigo, como tantos outros de História, não pretende ser a «História» do anticlericalismo/anticatolicismo em geral ou do clericalismo/catolicismo em particular, nas vésperas da I República portuguesa, mas sim um contributo para tal.

Um artigo simples para uma reflexão estimulante sobre estes assuntos que foram do passado e continuam tão actuais para o nosso presente em que nos é dado viver. E que muito nos auxiliam a compreender o presente católico e português.

Palavras-Chave: Clericalismo; Catolicismo; Anticlericalismo; Anticatolicismo; Antijesuitismo; Movimentos católicos

Abstract

Wandering around the prominent subjects of the Portuguese Catholic Movements' thoughts and action, but also considering the anticlerical movements in the decisive decades which preceded the shift in the political regime, this article, as so many others in History, does not intend to be "The History" of the anti-Clericalism/anti-Catholicism in general, nor the Clericalism/Catholicism in particular, on the eve of the I Portuguese Republic, but a contribute for those matters.

A simple article for a stimulating reflection on these themes which are from the past and still continue so current. Moreover, it also helps us to understand the Catholicism current time as well as the contemporary Portuguese society.

Keywords: Clericalism; Catholicism; Anti-Clericalism; Anti-Catholicism; Anti-Jesuitism; Catholic Movements

“O fenómeno religioso,
seja o que for que se pense das suas origens
e do seu conteúdo,
é um aspecto importante da vida das sociedades contemporâneas
e que contribui para as especificar.”¹

²Ler, estudar, escrever, reflectir sobre a História da Igreja Católica é um exercício duplamente gratificante: permite ter a noção da História do nosso mundo, mantendo um mesmo centro de gravidade no seu percurso; e, se se é católico, tomar consciência da presença do Espírito Santo que tem sustentado a Igreja. Se não se é católico, permite procurar entender a importância e a inegável influência que a Igreja sempre teve, ao longo da História, no seio da sociedade.

Este trabalho, como tantos outros de História, não pretende ser a “História” do anticlericalismo/anticatolicismo em geral ou do clericalismo/catolicismo em particular, nas vésperas da I República, mas sim um contributo para tal. Por um lado, porque o período é bastante extenso (1881-1910), por outro, porque são frequentemente discordantes as informações que nos chegam. Mas aqui reside, também, a riqueza da História em geral e da História da Igreja, neste caso, em particular.

Estando a História sujeita a todo o género de interpretações, ela terá de ser plural, de acordo com a perspectiva em que se observa, com a época e com as crenças, e diferente, ainda porque distinto é cada um dos estudiosos que empreende essa tarefa.

Importa, também, referir que as temáticas aqui tratadas estão ainda pouco estudadas em Portugal. Os conhecimentos apresentados são, necessariamente, provisórios, como é apanágio de (quase) todo o conhecimento científico, sempre sujeito a rectificações suscitadas por novos estudos. Contudo, esperamos que as conclusões/pistas e resultados aqui obtidos sirvam de estímulo para investigações ulteriores.

A Europa do século XIX já não era toda ela governada por reis, pelos *Bons Príncipes Católicos*, quando era grande a importância da Igreja; na centúria de oitocentos, essa importância parecia estar a desfalecer, década a década. No entanto, os católicos continuaram a ter de interagir com o mundo em que viviam. Em toda a

¹ RÉMOND, René – *Introdução à História do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 2003. p. 245.

² O presente estudo é uma pequena parte, ainda que com ligeiras adaptações, da dissertação de mestrado em História Contemporânea que defendi na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Maio de 2007. CARVALHO, José António Ribeiro de - *Os Jesuítas nas Vésperas da I República: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. E que será publicado: CARVALHO, José - *Católicos nas Vésperas da I República (1881-1910)*. Porto: livraria Civilização editora, 2008.

Europa, a questão das relações entre a sociedade e a religião, o Estado e a Igreja, tem sido das mais duradouras a marcar a Época Contemporânea³.

As sociedades coevas em geral, e os séculos XIX e XX, português em particular, conheceram modalidades diversas de relacionamento entre a religião e o(s) poder(es) político(s). De tempos de estreita colaboração passou-se a épocas de separação militante, perseguição e mesmo de conflito aberto. E se o estado liberal funcionou como criador e impulsionador de um movimento de secularização da sociedade e da cultura, fomentando a sua dessacralização e tentando subtraí-las à influência da Igreja, utilizando para isso a escola e a imprensa, é também notório que o regime republicano, como herdeiro legítimo da ideologia liberal (embora sem esquecer as suas origens mais remotas no *jacobinismo-maçónico* da revolução francesa), tenha usado os mesmos meios para o mesmo objectivo, já definido anteriormente. Nesse aspecto, atente-se no caso das primeiras leis anticlericais da república – o colocar em prática das medidas do Marquês Pombal e Joaquim António de Aguiar – que motivaram a expulsão imediata dos Jesuítas. Ainda sobre a questão de que foram os liberais a provocar a luta anticlerical, nunca podemos esquecer que a legislação por eles promulgada provocou a desagregação da Igreja do Antigo Regime: o sistema liberal advogava a supremacia do poder temporal e pretendia remeter a Igreja para as funções meramente espirituais. Por seu lado, a Igreja – Instituição – ia perdendo também a hegemonia ideológica e diminuía a sua influência, submetendo-se ao poder civil e, mais do que isso, ficando dependente deste.

Apesar das oscilações da política liberal portuguesa perante a Igreja, o regalismo manteve-se ao longo do século XIX, sendo que a classe política nunca pôs em causa o catolicismo que se conservou como religião oficial até 1910.

No panorama da historiografia portuguesa, relativa aos finais dos séculos XIX e inícios do XX, as questões político-religiosas e sociais têm sido um campo de estudo menos trabalhado nestes últimos tempos, sobretudo se o compararmos com as questões políticas da I República e do Estado Novo, isto apesar de existirem obras de referência e estudos históricos de inegável valor. Além disso, cada vez mais está a ser feita por historiadores leigos e por não católicos; desde artigos de revista a obras de maior envergadura, até provas académicas.

³ SARDICA, José Miguel – O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo. In, *Penélope*, nº 27 (2002), p. 127.

Este período possibilita um estudo estimulante, permitindo novos olhares para velhos problemas, antigas questões e outros problemas menos conhecidos.

O nosso objectivo será, tão somente, este: que os resultados aqui obtidos, tal como já o dissemos, sirvam de estímulo para investigações ulteriores, que permitam enriquecer a ciência histórica nacional que se encontra, actualmente, como se sabe e é reconhecido por todos, em pleno crescimento.

1 - Anticlericalismo e anticatolicismo em Portugal

O anticatolicismo em Portugal surge como bandeira de programa das forças opositoras ao regime monárquico, transformando-se num autêntico instrumento de luta política, quer para essas forças de contestação quer para as de reacção⁴. Assim, Matos Ferreira afirma que “foi em torno da afirmação do Estado, da sua natureza e da sua autonomia, que o anticlericalismo se assumiu, verdadeiramente, como ideologia de um combate político”⁵. René Remond afirma: “Apesar do nome, o anticlericalismo é, de facto uma ideologia positiva”⁶; isto mesmo quando se trata de um termo caracterizado pela negativa. Curiosa definição esta do estudioso francês. Para justificar a sua *positividade*, Rémond refere os ideais da liberdade, da justiça, racionalidade científica, autonomia e progresso que pertencem ao mundo temático do anticlericalismo, constituindo a sua *positividade* em relação ao clericalismo.

Mas seria assim tão simples esta questão? Quanto à origem do termo, este mesmo autor francês diz que terá aparecido em França, por volta do ano de 1852,

⁴ Por paradoxal que pareça uma constatação que se retira é que quando o movimento anticatólico está unido e activo, com um objectivo claramente definido: atacar a Igreja, os católicos estão divididos entre si. Referimos anticatólico porque julgamos preferível este epíteto ao de anticlerical, pois o anticlerical depreende-se apenas de antipadres, antimembros da hierarquia católica quando, na verdade, o objectivo é muito mais profundo: extirpar a Igreja Católica, não apenas os seus membros, ou alguns dos seus membros, como muitas vezes se faz crer. Esta estratégia é particularmente interessante de analisar: se formos rigorosos a ver a campanha anticatólica esta inicia-se primeiro pela denúncia de alguns elementos clericais que são mau exemplo, depois passa-se para os membros das Congregações, numa fase posterior os Bispos, depois o Papa, depois a própria instituição Igreja Católica; ou seja, uma campanha orquestrada por fases, tendo como objectivo e intenção última: extermínio da Igreja Católica do seio da sociedade. Primeiro retirando-a da sua função social e do espaço público, depois, paulatinamente, retirá-la por completo da vivência quotidiana.

⁵ FERREIRA, António Matos – Anticlericalismo. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. A-C (2000), p. 81. Para um tratamento da definição do termo *Anticlericalismo*, veja-se: ABREU, Luís Machado de – *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma Editora, 2004, p. 25-34.

⁶ RÉMOND, René – *L' anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*. Bruxelles: Ed. Complexe, 1985. p. 7.

generalizando-se a partir de 1859⁷. Relativamente a Portugal, Luís de Abreu refere que o termo aparece mais tarde, tendo como sinónimos os termos “livre-pensador”, “racionalista”, “inimigo da reacção”, “clerófobo”, “clerófago”, “voltairiano”, “fradívoro”, “antijesuíta”⁸.

Estes são acontecimentos marcantes da contemporaneidade portuguesa e fazem parte da própria mentalidade de fins do século XIX e inícios do seguinte. Isto porque o anticatolicismo não é só uma atitude perante a actuação da Igreja, tendo-se constituído mesmo em elemento programático da intervenção política das forças socialistas e republicanas. Tal como refere Maria de Fátima Bonifácio, “até 1910, todos os momentos altos da propaganda e mobilização republicanas aconteceram directa ou indirectamente relacionadas com a agitação de temas explícita ou implicitamente anticlericais”⁹. Deste modo, permitimo-nos acrescentar: continuando mesmo após a república, como, aliás, se verificou à saciedade.

É bem o aparecimento do anticatolicismo, que surge como uma vaga que avança e assola todo o país¹⁰. Vários são os elementos que compõem esta posição ideológica e prática política, em que o anticongregacionismo foi uma constante, devendo em parte à visão positivista da religião e da Igreja Católica como “instituição aniquilosa e reaccionária”¹¹, vista como organizada para combater o regime republicano.

Na década de 70 do século XIX, inicia-se aquilo a que se pode chamar a campanha ou propaganda das ideias laicistas e anticatólicas em Portugal, cabendo um especial destaque para as campanhas à volta da confissão auricular, do celibato

⁷ RÉMOND – *L’ anticléricalisme en France...* p. 9.

⁸ ABREU – *Ensaio Anticlericais...* p. 32.

⁹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – O Liberalismo. In, CARNEIRO, Roberto (coord.). *Memória de Portugal. O milénio Português*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, 2001, p. 431.

¹⁰ REIS, A. do Carmo – O Estado e a Igreja na 1ª República. In, *Hvmanística e Teologia*. Faculdade de Teologia – Porto. tomo XXIII (2002), p. 34. Sobre esta questão do avanço do anticlericalismo ele abrangia todos os ambientes da sociedade, incluindo os escritores e romancistas consagrados da época como Eça de Queirós, que usa a sua afamada qualidade de escritor para denegrir a imagem do clero. Veja-se a este propósito: *O Crime do padre Amaro*, *O Conde de Abranhos*, entre outros seus escritos.

¹¹ FERREIRA, António Matos – A Igreja e a República. In, MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. [s. l.]. Clube Internacional do Livro, vol. X - A República I (1997), p. 340.

clesiástico¹², do casamento civil, a cremação dos corpos¹³, o ensino laico e gratuito¹⁴, entre outros¹⁵.

Os ataques à Igreja fazem-se de forma clara. Nesta fase, teve uma particular importância a filosofia positivista de teor *comtiano*¹⁶, sem esquecer a ideologia republicana que lhe está intimamente associada. Isto tendo em conta que o positivismo apontava para a definitiva e clara extinção do espírito teológico e, por conseguinte, de todas as religiões¹⁷. Entre as primeiras manifestações destas ideias, pelo menos de forma pública, encontram-se *As Conferências do Casino*. Esta actividade viu-se forçada à interrupção porque o Governo intervém referindo que nelas se defendiam “doutrinas e proposições que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado”¹⁸. Entre os seus organizadores, estava Teófilo Braga.

Nestas *Conferências*, é figura dominante Antero de Quental, com a sua análise das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*¹⁹. Ao Jesuitismo é atribuída uma das principais causas da nossa decadência. Além de profundamente antijesuítica, esta conferência apresenta-se profundamente anticlerical e mesmo anticatólica, acabando por contribuir para a suspensão, como se viu, por parte das autoridades, das restantes conferências agendadas.

A Geração de 70, onde se contam as personalidades de Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, etc., vai acusar e perseguir os elementos da Igreja, particularmente os Jesuítas. Estes intelectuais tendem a ver na acção da Companhia de Jesus uma das causas maiores da decadência do país e os símbolos mais excelentes da

¹² GARNEL, Maria Rita Lino – A polémica sobre o Celibato Eclesiástico (1820-1911). In, *Penélope*, nº 22 (2000), p. 93-116.

¹³ CATROGA, Fernando – A Cremação na Europa Contemporânea e a dessacralização da morte. In, *Revista de História das Ideias*, vol. VIII (1986), p. 223-262.

¹⁴ COSTA, Rui Afonso da – A Escola e a Igreja. Uma perspectiva republicana radical (1900-1910). In, *Cultura. História e Filosofia*. Vol. VII (1993), p. 261-277.

¹⁵ CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). In, *Análise Social*, vol. XXIV (1988), p. 211-273.

¹⁶ CATROGA, Fernando – A importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. In, *Biblos*, vol. LIII (1977), p. 285-327.

¹⁷ CATROGA – A importância do Positivismo na consolidação... p. 311.

¹⁸ OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, edição revista e actualizada, 1994. p. 234.

¹⁹ Para uma análise da conferência na íntegra, com a particularidade de estar anotada, ver: MEDINA, João – A Geração de 70. In, MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal*. Vol. XI. Portugal Liberal (II). Monarquia Constitucional (I). Madrid: Mateu Cromo, Artes Gráficas, 2004, p. 257-378. (em particular as páginas 295-342). Para uma análise global das Conferências e seu contexto: REIS, Carlos – *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. Para uma análise do texto original consultar: QUENTAL, Anthero de – *Causas da Decadência dos povos peninsulares nos últimos tres seculos. Discurso Pronunciado na noite de 27 de Maio na sala do Casino Lisbonense*. Porto: Typographia Commercial, 1871.

ignorância e da reacção, da educação fanatizante e infantilizadora, operada pelo bastão antiliberal da obediência cega. Alexandre Herculano, na sua *História das Origens e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, como em vários outros opúsculos, vai atacar a Companhia de Jesus²⁰, atribuindo-lhe no passado, tal como à Inquisição, o papel fundamental da decadência nacional. Por sua vez, no período final do século XIX, também apontam os Inacianos como a causa, a razão para o atraso e como obstáculo para a regeneração da Pátria Portuguesa. O mais significativo texto é a carta publicada por ocasião da supressão das Conferências do Casino, de 1873, protestando, obviamente, contra esse facto²¹.

Embora seja difícil atribuir uma data para o aparecimento do movimento republicano português, vamos seguir a dos anos 70 do século XIX²².

Como líderes, entravam positivistas de destaque como Basílio Telles, Teófilo Braga, Afonso Costa, Brito Camacho²³. Estes haveriam de aproveitar as festas dos Centenários, Comemorativos de Camões e Pombal, para uma celebração e propagação das ideias positivistas e republicanas²⁴. Camões haveria de ser visto como uma espécie de “Santo Laico”, ou um “Santo Republicano”²⁵, note-se que por antecipação à própria República. Ocasão usada para se publicarem uma série de obras anticatólicas, antijesuítas²⁶, antimonárquicas e, conseqüentemente, pró-republicanas, como era intento dos seus promotores e autores²⁷.

²⁰ CLEMENTE, Manuel – Clericalismo e anticlericalismo na Cultura Portuguesa. In, *Reflexão Cristã*, nº 53 (1987), p. 46-48.

²¹ FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso – O Padre António Vieira na literatura anti-jesuítica (sécs. XVIII-XX). In, *Brotéria*, vol. 145 (1997). p. 503.

²² Sobre o republicanismo português consultar: HOMEM, Amadeu Carvalho – O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In, MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 5 - O Liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 131-145. CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

²³ VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Círculo de Leitores, 1999. p. 19.

²⁴ JOÃO, Maria Isabel – Breve Abordagem das Comemorações. In, *O Estudo da História*, vol. I (1990), p. 250.

²⁵ Para uma visão das comemorações camonianas ver: MEDINA, João – O Poder e a Glória: O Panteão Português desde o Liberalismo aos nossos dias. In, MEDINA, João – *História de Portugal*. Vol. XI. Portugal Liberal (II). Monarquia Constitucional (I). Madrid: Mateu Cromo, Artes Gráficas, 2004, p. 5-110. CATROGA, Fernando – Morte romântica e religiosidade cívica. In, MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 5 - O Liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 595-607.

²⁶ De entre as obras antijesuítas deste período, registem-se: CASTRO, José de – *O Marquez de Pombal e o Jesuitismo*. 1882. BASTOS, Leite – *O Marquez de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas*. 1882. SILVA, César – *O Marquez de Pombal e a Seita Negra*. 1882. FEIO, Francisco – *Discurso pronunciado no Grande Comício Antijesuítico por ocasião do Centenário do Marquês de Pombal em Coimbra*. 1882. MENESES, Carlos – *Os Jesuítas e o Marquez de Pombal*. 1883. Também a poesia serviu de molde para a campanha antijesuítica: PAPANÇA, Macedo – *Telas Históricas*. 1882. Entre tantas outras obras.

²⁷ Para uma visão geral das Comemorações e seu contexto: BEBIANO, Rui – O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributos para a sua compreensão histórica. In, *Revista de História das Ideias*, vol. IV. Tomo II (1982), p. 381-428.

Para estes republicanos, no dizer de Pulido Valente, o remédio para a solução dos problemas do país estava “em acabar expeditivamente com a Monarquia e o Jesuíta, de modo a libertar as energias pátrias”²⁸.

Em 1875, fundou-se o Partido Socialista a quem os católicos haveriam de se opôr, particularmente, nas páginas do jornal *A Palavra*²⁹.

A 18 de Novembro de 1876 surge *A Associação Promotora do Registo Civil*, com uma forte influência maçónico-positivista³⁰. O objectivo seria libertar os indivíduos e a sociedade da influência religiosa³¹. Fernando Catroga refere que a defesa do registo civil pretendia atacar o catolicismo no cerne em que, para além da sua dogmática, residiria o seu apoio popular: o monopólio que a Igreja detinha sobre os ritos de passagem³².

Posteriormente, haveriam de surgir outras associações com o mesmo ideário. Entre elas, contam-se *A Associação dos Livre-Pensadores*, em 1882, *A Associação Propagadora do Livre Pensamento*, no ano de 1885, e a mais duradoura de todos os agrupamentos desta natureza foi a do *Registo Civil* que, desde o ano de 1895, em que nasceram os *Círios Civis*, viu o seu peso crescer na sociedade portuguesa.

A década de 80 caracterizou-se por uma vasta e violenta campanha anticatólica, sustentada pelos republicanos animados pelo laicismo que despontava em França. As medidas da III república e a vinda para Portugal de alguns membros das Ordens Religiosas expulsas desse país, estiveram na origem de vários comícios antijesuíticos (Lisboa, Porto, Setúbal e Covilhã)³³.

Não podemos também deixar de fazer uma especial menção para o facto de o papel da maçonaria ter sido significativo na luta contra a Igreja Católica³⁴, sem

²⁸ VALENTE – *O Poder e o Povo...* p. 29.

²⁹ MATIAS, Augusto José – *Católicos e Socialistas em Portugal (1875-1975)*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989. p. 7. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do grupo Católico de “A Palavra” (1872-1913)*. Vol. 1 (1977). Coimbra: Universidade de Coimbra. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do grupo Católico de “A Palavra” (1872-1913)*. Vol. 2 (1992). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

POLICARPO – *O Pensamento Social do grupo Católico de “A Palavra”...* 2 Vol.s

³⁰ CATROGA, Fernando – O Livre Pensamento contra a Igreja. In, *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001), p. 285.

³¹ VENTURA, António – A Contestação ao Centenário Antoniano de 1895. In, *Lusitania Sacra*, tomo VIII/IX (1996/1997), p. 363.

³² CATROGA – O Livre Pensamento contra a Igreja... p. 279.

³³ NETO, Vítor – *O Estado. A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998. p. 334.

³⁴ MARQUES, António Henriques de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – Igreja, Igrejas e Culto. In, *Nova História de Portugal*. Vol. XI (1991) – Portugal da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença, p. 491.

esquecer, naturalmente, o crescente clima de anticatolicismo da “ressaca do 31 de Janeiro de 1891”³⁵.

Coube, de facto, a esta juventude, melhor, a esta geração, chamada de 70, e aos seus herdeiros de 90, abalados pelo *Ultimatum* Inglês³⁶, a sistematização do discurso antimonárquico por um lado, e anticatólico por outro. Este discurso teve então um especial estímulo pela ocorrência dos famosos escândalos do Convento das Trinas ou de Sara de Matos (1891)³⁷, o de Rosa Calmon (1901), bem como pela difusão da propaganda antijesuítica, fortalecida pelo combate racionalista contra a confissão (considerada como manipuladora das consciências) e pela resposta das Autoridades Eclesiásticas, das *Congregações* e das *Associações* de leigos que culminou em 1903 na fundação do *Partido Nacionalista* (como herdeiro do *Centro Católico Parlamentar*, 1894-95) e do *Centro Nacional* (1901-1903)³⁸.

Porém, não se julgue que apenas a República, imposta a 5 de Outubro de 1910, iria perseguir a Igreja católica; recordemos que os últimos anos da Monarquia tinham sido férteis em legislação e atitudes antijesuíticas. Relembremos, a este propósito, as seguintes: em 1888 a proposta de José Luciano de Castro que viria, à semelhança do decreto de 8 de Outubro de 1910, repôr em vigor a legislação de Pombal e de Aguiar. No início de 1901, durante o Governo de Hintze Ribeiro, são produzidos uma série de diplomas adversos às Congregações e Ordens religiosas. Em simultâneo, como se viu, os anticlericais organizam uma série de campanhas públicas. Hintze encerra várias residências religiosas, algumas delas ligadas à Companhia de Jesus (casas da Boavista

³⁵ VENTURA – A Contestação ao Centenário Antoniano... p. 364.

³⁶ Para uma visão dos católicos sobre o *Ultimatum* consultar: FERREIRA, António Matos – Repercussões do Ultimatum no meio católico (Notas acerca do Nacionalismo Católico). In, *Lusitania Sacra*, tomo VI (1994), p. 31-45. E para uma visão geral da questão do *Ultimatum* nos vários sectores da sociedade portuguesa da época: TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

³⁷ Em breves palavras, o que se passou, afinal, neste célebre episódio da morte da noviça Sara de Matos? Nada seria estranho nem anormal, nesta morte, não fosse a suspeita, levantada pela imprensa e na opinião pública, alertada pelos livres-pensadores. Estes lançaram a ideia de que a jovem teria sido violada e, posteriormente, assassinada por envenenamento. O acontecimento, explorado pelo sector anticatólico, acabou por se transformar num verdadeiro escândalo. Acusada de homicídio, a Irmã Colecta foi presa e sujeita a um inquérito levado a cabo pelas autoridades. Nada se veio a provar. Esta disputa entre católicos e anticatólicos haveria de fazer perpetuar a memória do incidente. Entre 1896 e 1910, anticatólicos onde se agrupavam socialistas, republicanos e radicais ligados à propaganda laica promoveram a realização de uma romagem anual ao cemitério dos Prazeres que, em geral, reunia milhares de pessoas. NETO – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 338. Para uma visão anticatólica: SILVA, César da – *A Derrocada de um trono. Crónicas dos reinados de D. Carlos e D. Manuel II*. Lisboa: Editores João Romano Torres, 1922. p. 114-115.

³⁸ SILVA, Armando B. Malheiro da – Os católicos e a “República Nova” (1917-1918). In, *Lusitania Sacra*, tomo VIII/IX (1996/1997), p. 396. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

no Porto, e do Quelhas em Lisboa), além dos estabelecimentos do *Apostolado da Oração*. Foi também o ano dos incidentes em Coimbra, a propósito das provas de Doutoramento em Teologia de Oliveira Guimarães, envolvendo o Bispo do Porto, D. António Barroso. O decreto de 18 de Abril de 1901 leva à instituição de inúmeras associações. Este decreto, nos termos de António Araújo, não passou de um equívoco, porque o diploma não só não recusou o registo de nenhuma associação religiosa mas aumentou o número de Ordens religiosas que pretenderam constituir associações. Entre elas as dos Jesuítas: *Associação Fé e Pátria*, *Associação Promotora da Instrução e Educação Popular* (vocacionada para a formação das classes operárias) e a *Associação Social Cristã* (vocacionada para as mulheres). A batalha anticongregacionista de 1901, tendo o *Caso Calmon* por epicentro, deixou sequelas que se manifestaram depois nas vésperas do 5 de Outubro, sobretudo por acção da *Junta Liberal* e da *Associação do Registo Civil*. Estas, em Agosto de 1909, juntamente com o *Grande Oriente Lusitano*, a *Associação dos Lojistas*, grupos de republicanos, socialistas e a participação activa da *Carbonária*, promoveram a manifestação anticatólica de 2 de Agosto de 1909, em Lisboa, onde se reclama, entre outras coisas, o restabelecimento das leis antijesuíticas de Pombal e Aguiar. Já em 1908, Afonso Costa apresenta um projecto-lei em que assinala que estão em vigor as leis antijesuíticas de Pombal e Aguiar. Também a realização do *I Congresso Nacional do Livre Pensamento*, em 1908, assume uma posição claramente descristianizadora. Sem esquecer, porque directamente ligada aos Jesuítas em geral, e ao *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* em particular, a questão da *Voz de Santo António*.

O último governo da Monarquia, encabeçado por Teixeira de Sousa, mostrou algum ressentimento em relação aos *Jesuítas* e ao *Partido Nacionalista* a quem responsabiliza pelos fracassos da Monarquia³⁹. Assinale-se que o Governo de Teixeira de Sousa tinha preparado, no dia 4 de Outubro de 1910, na véspera da Revolução, um decreto para encerrar as Casas dos Jesuítas⁴⁰.

³⁹ ARAÚJO – *Jesuítas e Antijesuítas...* p. 65-74.

⁴⁰ FERREIRA, António Matos – A Constitucionalização da religião. In, AZEVEDO, Carlos Moreira de – *História Religiosa de Portugal*. Vol. III-Religião e Secularização. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2002, p. 53. SOUSA, Teixeira de – *Para a História da Revolução*. Vol. II. Coimbra: Livraria Editora Moura Marques & Paraísos. p. 13-66. MARTINS, Rocha – *D. Manuel II. Memórias para a História do seu reinado*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Editora José Bastos. p. 49-94.

2 - Reacção Católica às posições anti-religiosas

Depois de termos assistido a toda a actividade e campanhas dos movimentos e personalidades anticatólicas, impõe-se uma breve resenha da reacção católica a esta intensa campanha hostil.

Foi o período de desenvolvimento da organização católica, que teve como pano de fundo vários distúrbios e incidentes que agitaram a opinião liberal radical que, por sua vez, procurou tirar partido do receio dos avanços da Igreja para promover a sua própria causa⁴¹.

As condições da Igreja em Portugal, no período liberal, como se sabe, não foram as melhores. Particularmente no período que aqui nos interessa, destaquemos a censura exercida por Pio IX, por causa da fraqueza do Episcopado Nacional, perante as autoridades seculares. Esta questão deveu-se ao facto de, mesmo quando os Bispos foram chamados a Roma, pelo Papa, estes se terem recusado. No entanto, as coisas foram mudando, quatro Bispos portugueses assistiram ao Concílio Vaticano I e, em 1877, o Patriarca de Lisboa leva a Roma uma peregrinação portuguesa⁴².

Se com a fundação da *Sociedade Católica*⁴³, em 1843, os católicos mais activos pretendiam contrariar os avanços da secularização, não conseguindo, no entanto, grandes resultados⁴⁴, mais tarde, a propósito da *Questão das Irmãs da Caridade*, surgida com a mentalidade secularizadora que assomava a Portugal, mobilizam-se os católicos (do mesmo modo que os anticatólicos)⁴⁵.

Também, nesta altura, começam as Ordens Religiosas a reentrar em Portugal. Citem-se, a título de exemplo, os Jesuítas e os Franciscanos.

Vários sectores católicos, incluindo eclesiásticos e leigos, procuram criar organizações que defendam os interesses da religião e o respeito pelas autoridades eclesiásticas.

⁴¹ ROBINSON, Richard A. H. – Os católicos e a I República. In, PINTO, António Costa; TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord. de) – *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 95.

⁴² GALLI, Grandi – *História da Igreja*. Apelação: Edições Paulistas, 1964. p. 341.

⁴³ Para uma visão dos Estatutos da Sociedade Católica ver: CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 389-393.

⁴⁴ CLEMENTE, Manuel José Macário do Nascimento – *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo de Portugal. A Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.

⁴⁵ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – O Liberalismo. In, CARNEIRO, Roberto (coord.). *Memória de Portugal-O milénio Português*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, 2001, p. 454-457.

O verdadeiro desabrochamento do movimento católico português dá-se na década de 70. Particularmente, a partir da fundação da *Associação Católica do Porto* (1870), a que se seguiram outras (Braga, Guimarães, Lisboa) e o surgimento de vários órgãos de informação católica, cabendo um especial destaque ao jornal *A Palavra* (1872) onde se distingue a figura do militante católico Conde de Samodães - de seu nome Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, 2º Conde de Samodães⁴⁶ - que se procurarão organizar os fiéis.

Sem deixar de referir que, desde 1878, aparece a proposta de formar um Partido Católico⁴⁷. Eram os chamados católicos constitucionalistas que procuravam conciliar a religião com o liberalismo⁴⁸. Logo se instala uma certa desconfiança e divisão no seio do Movimento Católico, com a oposição a este tipo de iniciativas por parte de alguns católicos, ditos ultramontanos⁴⁹.

A partir do pontificado de Leão XIII intensifica-se essa consciencialização, por um lado e mobilização, por outro. Na opinião de Vítor Neto, “as Encíclicas de Leão XIII trouxeram um novo alento aos Bispos portugueses, empenhados numa maior participação na vida política e na defesa dos interesses da Igreja”⁵⁰. De facto, é o período dos *Congressos Católicos* em ligação com as *Associações Católicas*, já citadas e que fazem mobilizar, um pouco, os católicos em geral e as suas elites em particular.

A propósito do Centenário Camoniano, em 1880, os católicos, pela pena do Conde de Samodães, lançam um escrito em que é contestado o combate à Igreja e que acabou por ser, na óptica católica, o pretexto para as Comemorações⁵¹.

Um aspecto que nos parece importante apontar, até pelo claro paradoxalismo da situação, tendo em conta o que temos vindo a expor, é para o facto de que se a “rua” era controlada pelos anticatólicos tal situação em muito se devia, na nossa opinião, a alguma ingenuidade e espontaneidade por parte das populações e não pelas convicções dos seus promotores. Aliás, esta questão de colocar o povo na rua a gritar e a

⁴⁶ Para uma visão sobre o Homem, o Militante e a sua época consultar: GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910). O Pensamento e a acção do Conde de Samodães*. Maia: Publismai, 2004. Também: CLEMENTE, Manuel – Francisco d’ Azeredo Teixeira de Aguiar e o Apostolado dos leigos em Portugal. In, *Laikos*, nº 4 (1986), p. 471-496.

⁴⁷ CRUZ, Manuel Braga da – Os Católicos e a Política nos finais do Século XIX. In, *Análise Social*, vol. XVI (1980), p. 262.

⁴⁸ NETO – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 381.

⁴⁹ NETO – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 409-411.

⁵⁰ NETO – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 108.

⁵¹ Um dos mais destacados e ilustres militantes católicos desta época, como vimos. AGUILAR, Francisco d’ Azeredo Teixeira d’ – *O Marquez de Pombal. Cem anos depois da sua morte*. Porto: Editor J.J. Mesquita Pimentel, 1882.

manifestar-se, sem ter consciência de contra quem ou a favor do quê, è prática comum nos dias de hoje, em pleno século XXI, quanto mais o não seria nos fins do século XIX e inícios do XX.

A “rua” estava, ao que parece, claramente do lado anticatólico. E o que é curioso é que os católicos quando reagem fazem-no através da imprensa, de pequenos opúsculos, de discretas reuniões ou da recolha de assinaturas; como aquela que fizeram por ocasião do pedido de restabelecimento das *Ordens Religiosas* em 1883, com 17.400 assinaturas; ou com outra representação dirigida ao Rei, em 1901, a propósito da “questão religiosa” que se levantou, conseguindo reunir 100.000 assinaturas⁵².

Essa mobilização inicia-se, particularmente, a partir de 1894, no seguimento da política do *Ralliement* preconizado por Leão XIII. Fundou-se, nesta altura, o *Centro Nacional* (1894) com o objectivo de promover o espírito apartidário, mas acabará por se tornar, mais tarde, em Partido⁵³.

2.1 – O Centenário de Santo António (1895)

No ano de 1895, com as Comemorações do 7º Centenário de Santo António, realizado em Lisboa, reúne-se o *Congresso Católico Internacional* que haveria de servir poderosamente para o incendiar dos ânimos e tornar mais violentas as polémicas em torno da questão religiosa portuguesa⁵⁴. Como objectivos deste *Encontro Internacional Católico* contam-se: “reunir os Católicos de boa vontade para acordarem nos meios de arreigar a Fé, e desenvolver as obras de religião, caridade, educação, associação e liberdade cristã; bem como para se ocuparem das questões sociais que interessam às classes operárias e às desfavorecidas da fortuna”. No entanto, proibiam-se qualquer alusão a assuntos que pudessem ofender o poder e as questões de natureza político-partidária⁵⁵.

⁵² SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 39.

⁵³ CRUZ, Manuel Braga da – Partidos Políticos Confessionais. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. J-P (2001), p. 381-385. Para consultar a visão de uma testemunha, de um católico da época, sobre a questão da formação de um Partido Católico, ver: SOUSA, José de Saldanha Oliveira e – *União das Forças Catholicas Portuguesas*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1897. Por sua vez, na posição oposta e hostil ao mesmo Partido: FERREIRA, António Matos – A Questão Religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal Oitocentista. In, *Estudos Contemporâneos*, n.º 4 (1982), p. 127-130.

⁵⁴ MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*. Viseu: Livros Horizonte, 2003. p. 7.

⁵⁵ VENTURA, António – A Contestação ao Centenário Antoniano de 1895. In, *Lusitania Sacra*, tomo VIII/IX (1996/1997), p. 367.

Importa referir, até pela enorme importância que teve na época, a fundação da Revista *Voz de Santo António*, como órgão oficial dos Franciscanos, também para marcar a comemoração deste Centenário. Um projecto deste alcance internacional não deixaria, como é óbvio, de suscitar reacções. Nos sectores republicano e socialista, mas também anarquista, sem esquecer a maçonaria, a posição é de contestação; enquanto o sector católico evidencia o seu claro e inequívoco apoio. Como nos referem várias fontes, “a maçonaria (...) procurou deslustrar fomentando desordens”⁵⁶. Desta opinião é também um coevo do acontecimento, Dinis da Fonseca, referindo que quando “percorreu as ruas de Lisboa o luzido cortejo (...) foi, subitamente, perturbado com tumultos encomendados pela maçonaria”⁵⁷. A iniciativa era vista como de “reacção religiosa”.

Surgiram, por esta altura, vários artigos e panfletos a denegrir as comemorações⁵⁸. No entanto, a contestação não iria ficar por aqui, chegando mesmo ao ponto de se organizar um Congresso Anticlerical⁵⁹, em clara afronta e provocação ao *Congresso Católico* que então se realizava (permito-me recordar aqui o exemplo italiano do *Anti-concílio*, de orientação e organização maçónica, em oposição ao Concílio Vaticano I).

Finalmente, neste contexto, cabe referir a manifestação e visita anual ao túmulo da Sara de Matos.

A propósito do *Centenário de Santo António*, justifica-se uma breve chamada de atenção para o facto de os católicos pretenderem fazer frente, com este de Santo António⁶⁰, aos Centenários laicos e “republicanos” de Camões e Pombal.

2.2 – A Política Católico-Social

Em 1901, na cidade do Porto, surge o *Partido Nacionalista*⁶¹, sendo o seu objectivo, como diz Amaro da Silva, agregar o Movimento Católico para dar resposta à

⁵⁶ OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1994. Reedição. p. 258.

⁵⁷ FONSECA, J. Dinis da – *Pela Liberdade e pela Vida da Igreja*. Guarda: Casa Vértas, 1954. p. 4.

⁵⁸ VENTURA – A Contestação ao Centenário Antoniano... p. 371.

⁵⁹ Para uma descrição do Congresso Anticlerical: VENTURA – A Contestação ao Centenário Antoniano... p. 373-376.

⁶⁰ CLEMENTE, Manuel – Santo António no Congresso Católico Internacional de Lisboa (1895). In, *Congresso Internacional. Pensamento e Testemunho. 8º Centenário do Nascimento de Santo António*. Vol. II (1996). Braga: Universidade Católica Portuguesa. p. 877.

constante agitação revolucionária da sociedade, à instabilidade política e à inoperância governativa⁶². Esta atitude iria contribuir para dividir, ainda mais, o já de si dividido Movimento Católico Português. Assim, temos dois grupos: facção mais intransigente, liderada pelos Jesuítas, que insiste na defesa de uma ordem social e política tradicional, e a dos outros que pensavam que a mobilização católica se deveria empenhar e colaborar com todos os partidos⁶³. Mais tarde, acabaria por contribuir também, embora não só, para a polémica entre Jesuítas e Franciscanos, envolvendo encarniçadamente os seus órgãos oficiais (*Voz de Santo António* e o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*)⁶⁴. Quanto ao Partido Nacionalista, nunca se destacou com grandes resultados positivos e acabaria por ser arrastado com o fim da Monarquia e desaparecer a seguir ao 5 de Outubro de 1910.

Neste mesmo ano de 1901, como protesto contra um decreto anticongregacionista de 18 de Abril de Hintze Ribeiro⁶⁵, os estudantes católicos da Universidade de Coimbra fundam a Associação que, em 1903, assumia a célebre designação de *Centro Académico de Democracia Cristã* (CADC)⁶⁶.

Outro ponto importante a referir é a chamada Questão Social. Sendo bastante mais antiga em outros países europeus, em Portugal os católicos despertam para esta problemática, na sequência da Encíclica *Rerum Novarum* (1891)⁶⁷, apenas na década de 90 do século XIX⁶⁸. Apesar de grandes progressos conseguidos nesta área, o Catolicismo Social nunca conseguiu exercer uma hegemonia entre o operariado⁶⁹.

⁶¹ Para consultar o programa do Partido Nacionalista ver: CRUZ – *As Origens da Democracia Cristã...* p. 411-421.

⁶² SILVA – *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico...* p. 17.

⁶³ BARBOSA, Adérito Gomes – *Os Jovens Portugueses e a Nova Evangelização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1993. p. 143-145.

⁶⁴ Polémica que teve um tratamento cuidado no nosso trabalho já citado: CARVALHO, José António Ribeiro de - *Os Jesuítas nas Vésperas da I República: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. E que será publicado: CARVALHO, José - *Católicos nas Vésperas da I República (1881-1910)*. Porto: livraria Civilização editora, 2008.

⁶⁵ Para uma visão geral desta legislação consultar: VILLARES, Artur – *As Ordens Religiosas em Portugal nos princípios do Século XX*. In, *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*. Vol. XIII (1995), p. 205-215.

⁶⁶ CARVALHO, José – *A Formação de Salazar e o seu Tempo (1889-1926)*. Lisboa: Via Occidentalis editora, 2008.

⁶⁷ Embora já nos anos 80, do século XIX, se apresentem as preocupações sociais dos católicos, como é exemplo *A Cruz do Operário*. MARTINS, Isabel Zita – *A “Cruz do Operário”*. Um projecto de Associativismo Operário (1880-1888). In. *Cultura. História e Filosofia*, vol. VII (1993), p. 249-260.

⁶⁸ Sobre a Sociedade Portuguesa neste período consultar: CLEMENTE, Manuel – *A Sociedade Portuguesa à data da Rerum Novarum: o sentimento católico*. In, *Lusitania Sacra*, tomo VI (1994), p. 47-60. COLOM E. – *A Rerum Novarum e os sinais dos tempos*. In, *Hvmanistica e Teologia*, tomo XII, fasc. 2 (1991), p. 181-202. GOMES, J. Pinharanda – *A recepção da Encíclica “Rerum Novarum” em Portugal*

Quanto à Democracia Cristã⁷⁰, em clara sintonia e ligação com a Questão Social⁷¹, a que se impõe uma referência sobre a Obra dos Congressos⁷², começou a adquirir contornos de alguma influência a partir da fundação dos Centros Académicos de Democracia Cristã, cabendo um especial destaque para o já referido de Coimbra, fundado no ano da Encíclica Leonina *Graves de Communi* (Graves Discussões – 18 de Janeiro de 1901) e do lançamento de publicações tais como a já citada *Voz de Santo António* (1895-1910) e a Revista *Estudos Sociaes* (1905-1911). Esta corrente de opinião católica afirmou-se juntamente com os já apontados Congressos Católicos⁷³, os movimentos dos Círculos Católicos de Operários⁷⁴, as Conferências de S. Vicente de Paulo, a imprensa, os movimentos da Juventude Católica, etc.

Conforme nos apresenta Paulo Oliveira, o catolicismo português continua “marcado pela perspectiva de ressurgimento cristão da sociedade, finalidade que se

(1891-1900). In, *Hvmanística e Teologia*, tomo XII, fasc. 2 (1991), p. 203-261. CARLOS, António – A *Rerum Novarum* e a Questão Social. In, *Atrium*, n.º 9 (1991), p. 25-43.

⁶⁹ VOLOVITCH, Marie-Christine – As Organizações católicas perante o movimento Operário em Portugal (1900-1912). In, *Análise Social*, vol. XVIII (1982), p. 1197-1210.

⁷⁰ Sobre esta temática do movimento democrata cristão importa apontar a condenação que foi imposta aos movimentos italiano (*Murrismo*) e francês (*Le Sillon*), pelo Papa Pio X, através da Encíclica *Notre Charge Apostolique* (25 de Agosto de 1910), e que em Portugal iria atingir a *Voz de Santo António*. CRUZ – *As Origens da Democracia Cristã...* p. 20-32. MOREIRA, Adriano – Democracia Cristã. In, BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena – *Dicionário da História de Portugal*. Vol. VII-A/E (1999). Porto: Livraria Figueirinhas, p. 500-502. Este movimento do *Sillon* iria surgir na continuação do *Avenir*, em que se destacou Lamennais (católico liberal) condenado na *Mirari Vos* de Gregório XVI (15 de Agosto de 1832) mas particularmente na *Singulari Nos* (1834). AZEVEDO, Joaquim – Esboço da Cronologia da História da Igreja em Portugal (1820-1910). In, *Estudos Contemporâneos*, n.º 0 (1979), p. 116. Os adeptos do *Sillon* procuravam “cristianizar a democracia” graças à influência dos leigos na sociedade; ganhar as classes populares para a Igreja e procurar ainda a reconciliação da Igreja com a república. Mas que foi, como se viu, condenada por Pio X, em 1910, interrompendo-se, deste modo, o avanço do catolicismo liberal. RODRIGUES, Manuel Augusto – Problemática Religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. In, *Análise Social*, vol. XVI (1980), p. 416. MATTEI, Roberto de – *Modernismo e antimodernismo nell’epoca di Pio X*.

<http://www.paginecattoliche.it/modernismo1.htm>; MATTEI, Roberto de – *Modernismo e antimodernismo nell’epoca di Pio X*. <http://www.paginecattoliche.it/modernismo2.htm>);. E que iria surgir, em novos moldes, nas vésperas do Concílio Vaticano II e no pós-Concílio.

⁷¹ Os Círculos Católicos Operários, embora tendo sido um movimento social e não político, acabaram por se tornar, com o passar do tempo, em “braço laical” do Partido Nacionalista, até que, tal ligação, acabou por lhe ser fatal após a revolução de 1910. CRUZ, Manuel Braga da – Os Católicos e a vida pública Portuguesa do Liberalismo aos tempos de Hoje. In, *Reflexão Cristã*, n.º 68 (1990), p. 17.

⁷² CRUZ – *As Origens da Democracia Cristã...* p. 186.

⁷³ CLEMENTE, Manuel – O Congresso Católico do Porto (1871-1872) e a emergência do Laicado em Portugal. In, *Lusitania Sacra*, vol. 1 (1989), p. 179-195.

⁷⁴ POLICARPO, João Francisco de Almeida – Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração. In, *Cultura. História e Filosofia*. Vol. V (1986), p. 365-384. Pretendiam ser um opositor firme aos movimentos socialistas em voga na época. Ainda acerca desta *Questão Social* refira-se a “Questão do Bom Operário” a formar para que não “caísse” no ócio e no vício. POLICARPO, João Francisco de Almeida – O “Bom Operário”. Estudo de uma mentalidade. In, *Revista de História das Ideias*, vol. II (1978-79), p. 53-117. CRUZ, Manuel Braga da – O Movimento dos Círculos Católicos de Operários. Primeira expressão em Portugal do Sindicalismo Católico. In, *Democracia e Liberdade*, n.º 37/38 (1986), p. 37-48.

procura conseguir alcançar através de duas vias que acabam por se complementar: resistência aos projectos de laicização”⁷⁵ primeiro, e numa segunda fase, propostas que visam a sua recristianização. Assim sendo, é possível identificar um primeiro período fundamentalmente marcado pela reacção à política laicizadora, bem como de reorganização do movimento católico. Foi esta a forma de actuação que contribuiu para a (tentativa de) “União” dos católicos, tendo como base de orientação a política Leonina do *Ralliement*. Tal estratégia de actuação em muito se deve ao facto de Portugal ser, no início do século XX, maioritariamente católico, assumindo-se, assim, o catolicismo como factor de agregação social e, até mesmo, de coesão e de unidade nacional.

É o revigoração católico que surge como movimento de reacção, levando os católicos a contribuir para a defesa e a propagação da Fé, em que se afirma e realiza obra cultural e apologética⁷⁶. É o tomar de consciência da descoberta da opinião pública para os fiéis e para a Igreja Católica, daí que seja considerado um dos elementos característicos da contemporaneidade o aparecimento de diversos movimentos sociais, estudantis e juvenis católicos, neste período⁷⁷.

O ambiente de afronta aos princípios religiosos, que a sociedade secularizada dos fins do século XIX e inícios do seguinte concebia, acabou por fazer despertar o espírito de luta e de combate dos católicos. No entanto, note-se que esta mobilização apenas se verificou em atitude de reacção, de defesa contra as perseguições e ataques ao sentimento religioso nacional. Deste modo, surgem então as reivindicações das liberdades religiosas, civis, políticas, de ensino, administrativo e de associação. Tal situação, perante todo este complexo processo de laicização/secularização e mesmo de perseguição, “contribuiu para a emergência do laicado católico contemporâneo, correspondendo ao desenvolvimento (...) de um protagonismo religioso e social de sectores não-eclésiásticos”⁷⁸.

É o período do reconhecimento e aparecimento do leigo que surge como católico activo e interventor na sociedade, procurando contribuir para a recristianização da sociedade, à semelhança do cidadão e do indivíduo no campo político-sócio-liberal.

⁷⁵ FONTES, Paulo F. Oliveira – O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. 3 – Religião e Secularização (2002), p. 130.

⁷⁶ OLIVEIRA – *História Eclesiástica de Portugal*... p. 225.

⁷⁷ FONTES, Paulo F. Oliveira – Movimentos Eclesiásticos Contemporâneos. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. P-V- Apêndice (2001), p. 459.

⁷⁸ FERREIRA, António Matos – Laicidade. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. J-P (2001), p. 61-62.

O objectivo que se propunham atingir os católicos era na insistência da sua organização, para poderem intervir na vida pública e política, sendo nesta e sobre esta questão/discussão que se irão apresentar e travar as mais acesas querelas no seio do(s) movimento(s) católico(s).

A propósito da relação entre política e religião, de forma muito breve, diz-nos um autor não identificado que “o santo Padre [Leão XIII] não quer que se confunda a causa da religião com a causa de um Partido”⁷⁹. Este mesmo autor refere, na linha Leonina, que a religião e a política não podem ser separadas, embora sejam distintas. Isto porque a sua relação legítima e necessária é uma união estreita sem confusão⁸⁰. Quanto aos católicos, estes devem trabalhar na defesa dos bens religiosos, pois o catolicismo pode e, mais do que isso, deve viver acima dos partidos e das suas divisões mas também da política.

A problemática abordagem da questão relativa às relações Igreja-Estado, pode ser feita sob muitos prismas, tal a magnitude de questões que pode levantar. Desde os princípios gerais até às situações concretas, muitos são os aspectos que devem ser tidos em conta, bem como a relação entre eles. Isto porque, nem o Estado pode ignorar ou proceder como se a Igreja não existisse, nem a Igreja deve servir-se do Estado para atingir os seus objectivos. A colaboração em campos específicos, naquilo que é orientado para o bem comum, é possível e recomendável. Salvaguardando que a autonomia legítima seja eficaz e verdadeira, é necessário que ambas as partes reconheçam o papel específico de cada uma⁸¹.

Sobre a questão da separação Estado-Igreja parece-nos que, embora no período em estudo, fosse aceite e pretendida por (quase) todos, interessa referir que quando se diz que o regime de União entre ambos os poderes sempre havia sido pernicioso, se poderia ir um pouco mais longe, além das superficiais e elementares análises que sempre se têm feito. Pois se a situação concreta dessa “União”, naqueles momentos, dizem alguns, era de privilégios para a Igreja, esquecem-se de referir os benefícios para todos - Estado e Igreja - que dessa “União” poderiam advir.

Além disso, para os homens da época, Estado e Igreja eram entidades sempre presentes no seu quotidiano. Outro ponto a ponderar é que a “União” que se praticava era prejudicial para a Igreja, por causa do mau uso que dela se fazia; ou seja, não estava

⁷⁹ *A Acção dos Cathólicos segundo a Encyclica aos Bispos de Hespanha*. Porto: Livraria de J. J. de Mesquita Pimentel Editor, 1883. p. 12.

⁸⁰ *A Acção dos Cathólicos segundo a Encyclica aos Bispos de Hespanha...* p. 14.

⁸¹ SOUSA, José Carlos – Relações Igreja-Estado. In, *Reflexão Cristã*, n.º 40/41 (1984), p. 6-7.

em causa o princípio, mas sim a prática. Porque os males que adviriam da separação, haviam de ser muito mais perniciosos, como se haveria de ver no pós-5 de Outubro de 1910, pois seria uma separação que significaria perseguição.

E, já agora, permito-me colocar a seguinte questão: e as vantagens da União entre ambos os poderes, porque não se referem?

A propósito da separação refira-se, por exemplo, a luta que lhe moveu Pio X e o próprio Leão XIII. Este último, na *Au Millieu des Sollicitudes*, refere que “todos os cidadãos têm de se aliar para conservar na nação o verdadeiro sentimento religioso e para o defender (...) nunca se podem aprovar medidas legislativas que sejam hostis à religião e a Deus; é, pelo contrário, um dever reprová-las (...) conseqüentemente, os católicos, nunca se coibirão de reprová-las (...) conseqüentemente, os católicos, nunca se coibirão de reprová-las [entre Estado e Igreja]”. Até porque, sob o pretexto de libertar a religião da política, libertou-se a política da religião, o que é bem diferente, e tal não é outra coisa senão o laicismo.

Como refere Leão XIII, “há não só quem costume distinguir entre a política e a religião, mas também desuni-las completamente e separá-las (...) esses, na realidade, não diferem muito daqueles que desejariam que o Estado seja constituído e administrado à margem de Deus, Creador e Senhor de todas as coisas”⁸². Além de que o regime de união entre Igreja e Estado foi muito mais comum, ao longo da História, do que se imagina. A bem dizer, “foi a regra geral na cristandade”. E, finalmente, não é por se ter generalizado, nos últimos tempos, a separação, que a podemos considerar como normal, embora amplos sectores da própria Igreja Católica e os vários estudos históricos que se apresentam, actualmente, refiram a separação como ideal e comum⁸³.

Conclusão

Se Portugal, nas vésperas da República, tinha 99% de Católicos⁸⁴, como foi possível toda a luta anticatólica?

Como é possível que, aparentemente, menos de 1%, da população conseguisse perseguir uma imensa maioria?

Terá sido pela falta de envolvimento dos católicos na sua própria defesa?

⁸² Encíclica *Cum Multa* de Leão XIII (8 de Dezembro de 1882).

⁸³ SILVA, Wilson Gabriel da – Igreja: União ou Separação? In, *Catolicismo*, número 663, Março de 2006, p. 26-35.

⁸⁴ Ao findar a Monarquia, a grande potência religiosa de Portugal era a Igreja Católica. O censo de 1900 atribuiu-lhe 5.416.204 fiéis, 99,8% da população do país. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. XI. Da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 479.

Com efeito, a desunião e a conflitualidade entre os católicos acabou por ser, na nossa opinião, a principal razão para essa situação. Mas também, na esteira de Gomes dos Santos e de Sena de Freitas, a falta de formação do clero e dos Bispos. Como nos diz Sena de Freitas, seria necessário um clero mais instruído e interveniente na sociedade e na cultura⁸⁵. Além disso, por paradoxal que pareça, em momentos como estes de fins do século XIX e inícios do XX, nunca, como até então, se tinha falado da necessidade de “União” católica, acabando esta por originar e trazer consigo o grave problema da “DesUnião” e da “Divisão”.

Grande parte da “energia católica” foi desperdiçada em guerras intestinas, em discussões e debates que não só dividiram mas, mais grave do que isso, permitiram o fortalecimento dos adversários. Veja-se o caso da Revista o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* (1881-1910) que, ao longo de milhares de páginas, sempre falou da necessidade da “União Católica” e acabou por contribuir, paradoxalmente, para a divisão no seio do movimento católico nacional, como atesta a polémica com a *Voz de Santo António*⁸⁶!

Outras razões que devem apontar-se para a perseguição anticatólica são: a apatia do clero e dos católicos, afastamento dos católicos da Igreja tradicional, agitação social e as novas utopias. Daqui se depreende a eficácia da união e espírito de militância das forças anticatólicas e a apatia da maioria silenciosa católica, que levou a um abatimento do prestígio e influência da Igreja e do cristianismo, as quais, mais tarde, seriam recuperadas (ou tentadas recuperar!), revelando, todavia, algumas cicatrizes.

Não nos parece aceitável defender, como alguns fazem, ver na desenfreada luta anticatólica uma espécie de legítima defesa desencadeada contra uma Igreja de “combate”, munida do *Syllabus Errorum Modernorum*, da *Quanta Cura*, ou da Infalibilidade Pontifícia. A posição anticatólica tem uma maior profundidade que os “armamentos” desta Igreja, que surge com Pio IX; além do mais, quando chegamos ao Pontificado de Leão XIII, a partir de 1878, esses tempos de Pio IX já há muito que tinham passado.

⁸⁵ SANTOS, Gomes – *O Catholicismo em Portugal*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense Editora, 1906. FREITAS, Sena de; e SPALDING, Mons. Jonh Lancaster – *A alta educação do padre*. Prefácio de D. Manuel Clemente. Nova edição coordenada por José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 2003.

⁸⁶ CARVALHO, José António Ribeiro de - *Os Jesuítas nas Vésperas da I República: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. E que será publicado: CARVALHO, José - *Católicos nas Vésperas da I República (1881-1910)*. Porto: livraria Civilização editora, 2008.

Se, por um lado, os anticatólicos partem, no início, de uma posição defensiva, contestando os supostos desvios da Igreja, apontando alguns abusos de membros do clero, condenando as Congregações Religiosas, etc., sem colocar em causa os fundamentos do catolicismo, por outro lado, numa fase posterior, já chegavam a uma militância laica e claramente anticatólica, não admitindo a existência de Deus os fundamentos e mesmo validade da religião católica. O culminar desta questão chega pelas posteriores declarações, de Afonso Costa, de “extermínio” da religião católica, em Portugal, em apenas duas gerações; pretendendo ir mais longe, orquestrando uma campanha, dirigida por este, que pretendia, nas suas próprias e autorizadas declarações, a erradicação do catolicismo em Portugal⁸⁷. Esta questão da declaração, ou suposta declaração, deu azo a muita polémica, até que Fernando Catroga, deu (aparentemente) o caso por encerrado. As declarações teriam sido proferidas. Embora não possamos garantir que elas tenham sido proferidas naqueles termos, existe pelo menos, na nossa opinião, uma certeza: a intenção de Afonso Costa, a sua actuação, o seu projecto político-ideológico-filosófico e pessoal caminhava no sentido das referidas declarações.

Todavia, existe, inegavelmente, uma espécie de anticatolicismo de influência liberal (profundamente anticongregacionista e antiultramontano, não visando a existência do catolicismo) e um outro mais radical, de linha republicano-maçónico-jacobina.

Como se sabe, com a I República abrir-se-ia, segundo algumas correntes historiográficas, um novo ciclo histórico e, sob o ponto de vista político-religioso e ideológico-cultural, este não seria menos controverso nem menos apaixonante⁸⁸, mas terá de ficar para um próximo estudo...

Contudo, permito-me deixar a seguinte questão: abrir-se-ia, de facto, com a Imposição da I República⁸⁹, um novo ciclo histórico, ou temos e assistimos, sob o ponto

⁸⁷ CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 357-359.

⁸⁸ NETO – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal...* p. 586.

⁸⁹ Permito-me fazer o seguinte esclarecimento: usei o termo Imposição da república e não Implantação por que me parece impreciso, para não dizer incorrecto, o seu uso. Até mesmo por uma questão de correcção histórica e porque a república não é Implantada mas Imposta. Imposta perante um regime legítimo. Perante um regime que foi vítima de uma revolução que se impõe. Perante um regime que não fez, em quase 100 anos de existência, um referendo para saber a opinião e a vontade nacional. Até porque “a 5 de Outubro de 1910, - como nos diz Rui Ramos - os republicanos portugueses derrubaram um regime que honrava os princípios de Estado de Direito e Representativo: a concepção do Estado como comunidade de cidadãos iguais entre si, o império da lei, a separação e equilíbrio de poderes, etc.”. RAMOS, Rui – *Outra Opinião. Ensaios de História*. Lisboa: O Independente, 2004, p. 24. CARVALHO, José – *O Regicídio e a Queda da Monarquia*. Lisboa: editora Prefácio, 2008.

de visto religioso, a uma continuidade? Pergunta que se faz, resposta que não se dá, por agora...

José Carvalho

Ribeira Grande, 25 de Março de 2008

REFERÊNCIAS

- A Acção dos Cathólicos segundo a Encyclica aos Bispos de Hespanha*. Porto: Livraria de J. J. de Mesquita Pimentel Editor, 1883.
- ABREU, Luís Machado de – *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma Editora, 2004.
- AGUILAR, Francisco d' Azeredo Teixeira d' – *O Marquez de Pombal. Cem anos depois da sua morte*. Porto: Editor J.J. Mesquita Pimentel, 1882.
- AZEVEDO, Joaquim – Esboço da Cronologia da História da Igreja em Portugal (1820-1910). In, *Estudos Contemporâneos*, nº 0 (1979).
- BARBOSA, Adérito Gomes – *Os Jovens Portugueses e a Nova Evangelização*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1993.
- BASTOS, Leite – *O Marquez de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas*. 1882.
- BEBIANO, Rui – O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributos para a sua compreensão histórica. In, *Revista de História das Ideias*, vol. IV. Tomo II (1982), p. 381-428.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – O Liberalismo. In, CARNEIRO, Roberto (coord.). *Memória de Portugal. O milénio Português*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, 2001.
- CARLOS, António – A Rerum Novarum e a Questão Social. In, *Atrium*, nº 9 (1991), p. 25-43.
- CARVALHO, José – *A Formação de Salazar e o seu Tempo (1889-1926)*. Lisboa: Via Occidentalis editora, 2008.
- CARVALHO, José – *Católicos nas Vésperas da I República (1881-1910)*. Porto: livraria Civilização editora, 2008.
- CARVALHO, José – *O Regicídio e a Queda da Monarquia*. Lisboa: editora Prefácio, 2008.
- CARVALHO, José António Ribeiro de - *A Ditadura Franquista (1907-1908)*. Lisboa: editora Prefácio, 2006.
- CARVALHO, José António Ribeiro de – *Jesuítas em Vésperas da I República: O Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- CASTRO, José de – *O Marquez de Pombal e o Jesuitismo*. 1882.

- CATROGA, Fernando – A Cremação na Europa Contemporânea e a dessacralização da morte. In, *Revista de História das Ideias*, vol. VIII (1986).
- CATROGA, Fernando – A importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. In, *Biblos*, vol. LIII (1977).
- CATROGA, Fernando – Morte romântica e religiosidade cívica. In, MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 5 - O Liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). In, *Análise Social*, vol. XXIV (1988).
- CATROGA, Fernando – O Livre Pensamento contra a Igreja. In, *Revista de História das Ideias*, vol. 22 (2001).
- CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- CLEMENTE, Manuel – A Sociedade Portuguesa à data da Rerum Novarum: o sentimento católico. In, *Lusitania Sacra*, tomo VI (1994).
- CLEMENTE, Manuel – Clericalismo e anticlericalismo na Cultura Portuguesa. In, *Reflexão Cristã*, nº 53 (1987).
- CLEMENTE, Manuel – Francisco d' Azeredo Teixeira de Aguiar e o Apostolado dos leigos em Portugal. In, *Laikos*, nº 4 (1986).
- CLEMENTE, Manuel – O Congresso Católico do Porto (1871-1872) e a emergência do Laicado em Portugal. In, *Lusitania Sacra*, vol. 1 (1989).
- CLEMENTE, Manuel – Santo António no Congresso Católico Internacional de Lisboa (1895). In, *Congresso Internacional. Pensamento e Testemunho. 8º Centenário do Nascimento de Santo António*. Vol. II (1996). Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- CLEMENTE, Manuel José Macário do Nascimento – *Nas Origens do Apostolado Contemporâneo de Portugal. A Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.
- COLOM E. – A Rerum Novarum e os sinais dos tempos. In, *Hvmanistica e Teologia*, tomo XII, fasc. 2 (1991).
- COSTA, Rui Afonso da – A Escola e a Igreja. Uma perspectiva republicana radical (1900-1910). In, *Cultura. História e Filosofia*. Vol. VII (1993).

- CRUZ, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- CRUZ, Manuel Braga da – O Movimento dos Círculos Católicos de Operários. Primeira expressão em Portugal do Sindicalismo Católico. In, *Democracia e Liberdade*, n.º 37/38 (1986).
- CRUZ, Manuel Braga da – Os Católicos e a Política nos finais do Século XIX. In, *Análise Social*, vol. XVI (1980).
- CRUZ, Manuel Braga da – Os Católicos e a vida pública Portuguesa do Liberalismo aos tempos de Hoje. In, *Reflexão Cristã*, n.º 68 (1990).
- CRUZ, Manuel Braga da – Partidos Políticos Confessionais. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. J-P (2001).
- FEIO, Francisco – *Discurso pronunciado no Grande Comício Antijesuítico por ocasião do Centenário do Marquês de Pombal em Coimbra*. 1882.
- FERREIRA, António Matos – A Igreja e a República. In, MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. [s. l.]. Clube Internacional do Livro, vol. X - A República I (1997).
- FERREIRA, António Matos – A Questão Religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal Oitocentista. In, *Estudos Contemporâneos*, n.º 4 (1982).
- FERREIRA, António Matos – Anticlericalismo. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. A-C (2000).
- FERREIRA, António Matos – Laicidade. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. J-P (2001).
- FERREIRA, António Matos – Repercussões do Ultimatum no meio católico (Notas acerca do Nacionalismo Católico). In, *Lusitania Sacra*, tomo VI (1994).
- FONSECA, J. Dinis da – *Pela Liberdade e pela Vida da Igreja*. Guarda: Casa Vértas, 1954.
- FONTES, Paulo F. Oliveira – Movimentos Eclesiais Contemporâneos. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. P-V-Apêndice (2001).
- FONTES, Paulo F. Oliveira – O Catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de*

Portugal. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. 3 – Religião e Secularização (2002).

FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso – O Padre António Vieira na literatura anti-jesuítica (sécs. XVIII-XX). In, *Brotéria*, vol. 145 (1997).

FREITAS, Sena de; e SPALDING, Mons. Jonh Lancaster – *A alta educação do padre*. Prefácio de D. Manuel Clemente. Nova edição coordenada por José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 2003.

GALLI, Grandi – *História da Igreja*. Apelação: Edições Paulistas, 1964.

GARNEL, Maria Rita Lino – A polémica sobre o Celibato Eclesiástico (1820-1911). In, *Penélope*, nº 22 (2000).

GOMES, J. Pinharanda – A recepção da Encíclica “Rerum Novarum” em Portugal (1891-1900). In, *Hvmanistica e Teologia*, tomo XII, fasc. 2 (1991).

GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910). O Pensamento e a acção do Conde de Samodães*. Maia: Publismai, 2004.

HOMEM, Amadeu Carvalho – O avanço do Republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In, MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 5 - O Liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

JOÃO, Maria Isabel – Breve Abordagem das Comemorações. In, *O Estudo da História*, vol. I (1990).

MADUREIRA, Arnaldo – *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*. Viseu: Livros Horizonte, 2003.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. XI. Da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

MARQUES, António Henriques de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – Igreja, Igrejas e Culto. In, *Nova História de Portugal*. Vol. XI (1991) – Portugal da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença.

MARTINS, Isabel Zita – A “Cruz do Operário”. Um projecto de Associativismo Operário (1880-1888). In, *Cultura. História e Filosofia*, vol. VII (1993).

MATIAS, Augusto José – *Católicos e Socialistas em Portugal (1875-1975)*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989.

MATTEI, Roberto de – *Modernismo e antimodernismo nell'epoca di Pio X*. <http://www.paginecattoliche.it/modernismo1.htm>.

- MATTEI, Roberto de – *Modernismo e antimodernismo nell'epoca di Pio X*.
<http://www.paginecattoliche.it/modernismo2.htm>.
- MEDINA, João – A Geração de 70. In, MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal*. Vol. XI. Portugal Liberal (II). Monarquia Constitucional (I). Madrid: Mateu Cromo, Artes Gráficas, 2004.
- MEDINA, João – O Poder e a Glória: O Panteão Português desde o Liberalismo aos nossos dias. In, MEDINA, João – *História de Portugal*. Vol. XI. Portugal Liberal (II). Monarquia Constitucional (I). Madrid: Mateu Cromo, Artes Gráficas, 2004.
- MENESES, Carlos – *Os Jesuítas e o Marquez de Pombal*. 1883.
- MOREIRA, Adriano – Democracia Cristã. In, BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena – *Dicionário da História de Portugal*. Vol. VII-A/E (1999). Porto: Livraria Figueirinhas.
- NETO, Vítor – *O Estado. A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1994. Reedição. p. 258.
- PAPANÇA, Macedo – *Telas Históricas*. 1882.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do grupo Católico de "A Palavra" (1872-1913)*. Vol. 1 (1977). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do grupo Católico de "A Palavra" (1872-1913)*. Vol. 2 (1992). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida – O “Bom Operário”. Estudo de uma mentalidade. In, *Revista de História das Ideias*, vol. II (1978-79), p. 53-117.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida – Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração. In, *Cultura. História e Filosofia*. Vol. V (1986), p. 365-384.
- QUENTAL, Anthero de – *Causas da Decadência dos povos peninsulares nos últimos tres seculos. Discurso Pronunciado na noite de 27 de Maio na sala do Casino Lisbonense*. Porto: Typographia Commercial, 1871.
- RAMOS, Rui – *Outra Opinião. Ensaios de História*. Lisboa: O Independente, 2004.

- REIS, A. do Carmo – O Estado e a Igreja na 1ª República. In, *Hvmanistica e Teologia*. Faculdade de Teologia – Porto. tomo XXIII (2002).
- REIS, Carlos – *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- RÉMOND, René – *Introdução à História do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- RÉMOND, René – *L' anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*. Bruxelles: Ed. Complexe, 1985.
- ROBINSON, Richard A. H. – Os católicos e a I República. In, PINTO, António Costa; TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord. de) – *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – Problemática Religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. In, *Análise Social*, vol. XVI (1980)
- SANTOS, Gomes – *O Catholicismo em Portugal*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense Editora, 1906.
- SARDICA, José Miguel – O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo. In, *Penélope*, nº 27 (2002).
- SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- SILVA, Armando B. Malheiro da – Os católicos e a “República Nova” (1917-1918). In, *Lusitania Sacra*, tomo VIII/IX (1996/1997).
- SILVA, César – *O Marquez de Pombal e a Seita Negra*. 1882.
- SILVA, César da – *A Derrocada de um trono. Crónicas dos reinados de D. Carlos e D. Manuel II*. Lisboa: Editores João Romano Torres, 1922.
- SILVA, Wilson Gabriel da – Igreja: União ou Separação? In, *Catholicismo*, número 663, Março de 2006, p. 26-35.
- SOUSA, José Carlos – Relações Igreja-Estado. In, *Reflexão Cristã*, n.º 40/41 (1984), p. 6-7.
- SOUSA, José de Saldanha Oliveira e – *União das Forças Catholicas Portuguesas*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1897.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Círculo de Leitores, 1999.

VENTURA, António – A Contestação ao Centenário Antoniano de 1895. In, *Lusitania Sacra*, tomo VIII/IX (1996/1997).

VILLARES, Artur – As Ordens Religiosas em Portugal nos princípios do Século XX. In, *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*. Vol. XIII (1995).

VOLOVITCH, Marie-Christine – As Organizações católicas perante o movimento Operário em Portugal (1900-1912). In, *Análise Social*, vol. XVIII (1982).